



PLANTÃO JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

PROCESSO NÚMERO - 0803876-78.2022.8.15.2001

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) **ASSUNTO(S):** [Liminar, Abuso de Poder]

AUTOR: CENTRO DE ENSINO E SERVICOS PREPARATORIOS DE VESTIBULARES LTDA - ME

Nome: CENTRO DE ENSINO E SERVICOS PREPARATORIOS DE VESTIBULARES LTDA - ME Endereço: AV GOVERNADOR ARGEMIRO DE FIGUEIREDO, 477, JARDIM OCEANIA, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58037-030

Advogado do(a) AUTOR: SILVIO CARLOS BATISTA FILHO - RJ175574

REU: AUTARQUIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON-PB

Nome: AUTARQUIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON-PB Endereço: AV DOM PEDRO I, 473, - até 399/400, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-020

DECISÃO



CENTRO DE ENSINO E SERVICOS PREPARATORIOS DE VESTIBULARES LTDA - ME, qualificada nos autos, ajuizou em face do PROCON ESTADUAL DA PARAÍBA, igualmente qualificado, AÇÃO ANULATÓRIA DE ATO ADMINISTRATIVO COM PEDIDO DE CONCESSÃO DE TUTELA DE URGÊNCIA, visando, liminarmente, a suspensão da medida administrativa de suspensão de suas atividades por 7 dias corridos e, no mérito, a nulidade do ato administrativo praticado no dia 31.01.2022.

Narra a parte autora, em síntese, que a autarquia ré apontou descumprimento de medidas relativas a protocolos relacionados à pandemia de COVID-19, acarretando a interdição do estabelecimento pelo prazo de 7 (sete) dias corridos, dada a reiteração da infração, conforme decreto estadual nº 41.010/2021 de 07 de fevereiro de 2021.

Aduz que a medida é desproporcional, não fundamentada, pelo que assegura ter observado a elaboração de plano de retorno das atividades escolares para o ano letivo de 2022, baseada no Decreto Municipal nº 9.935/2021, de 29 de dezembro de 2021, que autoriza o retorno presencial das atividades, razão pela qual pede, liminarmente, o retorno de suas atividades.

Passo a decidir.

De início, cumpre observar que a matéria não comporta a espera e apreciação pelo Juízo Natural, tendo em vista a suspensão das atividades da instituição de ensino, a prejudicar, prima facie, os estudos de vários alunos e usuários da rede, de modo que, um dia sequer, já traria prejuízos relevantes a justificar a apreciação do pedido em Plantão Judiciário. Considerando, ainda, a essencialidade do serviço de educação, salvaguardado pela Constituição Federal.

No mais, para a concessão da medida antecipatória são exigidos certos requisitos legais, estabelecidos no artigo 300 do Código de Processo Civil: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

No caso, procedendo à análise dos elementos probatórios acostados aos autos, impõe-se reconhecer o preenchimento dos requisitos legais suficientes e necessários à concessão da medida pleiteada.

É cediço que a educação foi elevada, pela Constituição Federal, a um direito fundamental (art. 6°), sendo ela um direito de todos e dever do Estado, garantida, também, pelo arcabouço infraconstitucional. Por esse motivo, é necessário tratar a matéria com extrema cautela, notadamente diante dos avanços no combate a pandemia, mesmo com a regressão recente dos números, a justificar a manutenção das atividades escolares como prioritárias e imprescindíveis ao desenvolvimento social, somente se justificando a supressão de suas atividades em casos de extrema excepcionalidade, o que não se justifica, numa análise preliminar, diante do caso posto e do contexto atual.

Vale ressaltar, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, quando do julgamento da ADI 6341/2020 – MC/DF, ressaltou a competência concorrente dos entes federativos na condução das medidas de combate à pandemia COVID-19, o que coloca os entes federativos em condições de igualdade no tratamento e disciplinamento da matéria posta. Dessa forma, não restam dúvidas sobre o entendimento do Supremo Tribunal Federal, em deixar clara que a competência legal sobre saúde pública, no caso, é relativa a todos os entes da federação, sendo desnecessários maiores debates sobre o tema.

No âmbito Estadual foi editado o Decreto Nº 41.010 de 07/02/2021, o qual estabelece o Plano Educação para Todos em tempos de Pandemia - PET-PB, que dispõe sobre o processo de retomada das



aulas presenciais dos Sistemas Educacionais da Paraíba e demais instituições de Ensino Superior sediadas no território paraibano.

Por outro lado, no âmbito do município de João Pessoa foi editado o Decreto n.º 9.935/2021, de 29 de dezembro de 2021, que estabelece novas medidas de enfrentamento e prevenção à epidemia causada pela covid-19 (sars- cov 2), onde restou autorizado o retorno presencial das atividades, respeitadas as medidas de restrição ao contágio, verbis: "Art. 6º. Ficam as escolas da rede pública municipal autorizadas a funcionar, de forma remota, híbrida (remota e presencial) ou presencial, com uso de máscaras por alunos, professores e demais funcionários e disponibilização de álcool 70%. (...) § 2º. No período compreendido entre 01 de janeiro de 2022 e 31 de janeiro de 2022, as instituições privadas de ensino infantil, fundamental, médio, superior e cursos livres estarão autorizadas a funcionar, de forma remota, híbrida (remota e presencial) ou presencial, com uso de máscaras por alunos, professores e demais funcionários e disponibilização de álcool 70%"

Assim, em primeira análise, mostra-se desproporcional a medida administrativa imposta, a suprimir 7 (sete) dias corridos das atividades escolares, quando inúmeras outras atividades seguem sem maiores restrições, inclusive shows e eventos, fato público e notório, sendo imposição o respeito à manutenção das atividades escolares, sem que isso signifique prejuízo ao combate à pandemia, notadamente quando há regramento municipal autorizando o retorno presencial das atividades escolares.

Ressalte-se que o cumprimento dos protocolos sanitários e as normativas de retorno gradual das atividades presenciais não é conteúdo afeto apenas ao Decreto Estadual, de forma que deve ser observado igualmente o Decreto Municipal, condicionadas à observância das regras relativas ao espaço, ao distanciamento e à higienização dos ambientes, medidas simples que podem ser imediatamente implementadas sem a necessidade de suspensão das atividades, que se mostra desproporcional, como se disse, no presente caso.

Por ora, à luz da prova produzida e em juízo provisório de antecipação de tutela, entendo que a restrição administrativa deve ser afastada, até análise mais aprofundada da questão durante a tramitação normal do feito.

ANTE O EXPOSTO, DEFIRO A TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA, com base no art. 300 do CPC, para, por conseguinte, DETERMINAR a suspensão da medida administrativa de interrupção das atividades educacionais exercidas pela promovente, para que retorne imediatamente às suas funções, observando os protocolos de segurança e as medidas de combate à pandemia, constantes da legislação referida.

Cumpra-se com urgência, servindo esta decisão como mandado.

Intimações necessárias.

Notifique-se o MP Plantonista.

Após o plantão, remeta-se ao Juízo Natural.

João Pessoa, Plantão Judiciário, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

 $M\ e\ a\ l\ e\ s \qquad \qquad M\ e\ d\ e\ i\ r\ o\ s \qquad \qquad d\ e \qquad \qquad M\ e\ l\ o$

Juiz(a) de Direito Plantonista



